

# Inclusão Escolar de Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais na Percepção de Educadores

School Inclusion of Children and Adolescents with Special Needs in the Perception of Educators

Inclusión Escolar de Niños y Adolescentes con Necesidades Especiales en la Percepción de los Educadores

## RESUMO

**Objetivo:** Conhecer a percepção de profissionais da educação sobre a inserção de crianças e adolescentes com necessidades de saúde especiais na escola. **Método:** Pesquisa de campo, descritiva e exploratória, realizada em 2024, em uma escola municipal da região noroeste do Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi mediada por entrevistas semiestruturadas, transcritas e submetidas à análise temática. **Resultado:** Participaram 23 profissionais da educação, os quais enaltecem que a inclusão escolar de crianças e adolescentes com necessidades especiais é prejudicada por falhas na formação profissional, carência de recursos humanos e infraestrutura escolar. Os participantes destacam a necessidade de envolvimento das famílias no processo de inclusão. **Conclusão:** Na percepção dos educadores existem dificuldades estruturais na escola e relacionadas à escassez da rede de apoio intersetorial. Ressalta-se a necessidade de formação continuada e fortalecimento do vínculo entre escola, aluno, família e comunidade.

**DESCRIPTORIOS:** Criança; Adolescente; Necessidades Especiais; Inclusão Escolar; Enfermagem.

## ABSTRACT

**Objective:** To understand the perception of education professionals regarding the inclusion of children and adolescents with special health needs in schools. **Method:** Descriptive and exploratory field research conducted in 2024 at a municipal school in the northwest region of Rio Grande do Sul. Data collection was mediated by semi-structured interviews, which were transcribed and subjected to thematic analysis. **Results:** Twenty-three education professionals participated, who emphasized that the inclusion of children and adolescents with special needs in schools is hampered by shortcomings in professional training, lack of human resources, and poor school infrastructure. The participants highlighted the need for family involvement in the inclusion process. **Conclusion:** In the perception of educators, there are structural difficulties in schools and related to the scarcity of the intersectoral support network. The need for continuing education and strengthening the bond between school, students, families, and the community is emphasized.

**DESCRIPTORS:** Child; Adolescent; Special Needs; School Inclusion; Nursing.

## RESUMEN

**Objetivo:** Conocer la percepción de los profesionales de la educación sobre la inserción de niños y adolescentes con necesidades especiales de salud en la escuela. **Método:** Investigación de campo, descriptiva y exploratoria, realizada en 2024 en una escuela municipal de la región noroeste de Río Grande del Sur. La recolección de datos se llevó a cabo mediante entrevistas semiestructuradas, transcritas y sometidas a análisis temático. **Resultado:** Participaron 23 profesionales de la educación, quienes señalaron que la inclusión escolar de niños y adolescentes con necesidades especiales se ve afectada por deficiencias en la formación profesional, escasez de recursos humanos y falta de infraestructura escolar. Los participantes destacaron la necesidad del involucramiento de las familias en el proceso de inclusión. **Conclusión:** En la percepción de los educadores, existen dificultades estructurales en la escuela y relacionadas con la falta de una red de apoyo intersectorial. Se resalta la necesidad de formación continua y del fortalecimiento del vínculo entre la escuela, el alumno, la familia y la comunidad.

**DESCRIPTORIOS:** Niño; Adolescente; Necesidades Especiales; Inclusión Escolar; Enfermería.

### Tamara Probst

Graduanda em enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1727-111X>

### Andressa da Silveira

Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4182-4714>

### Leila Mariza Hildebrandt

Doutora em enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7071-3124>

### Alana da Cruz Bueno

Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental. Universidade Federal da Fronteira do Sul. Doutoranda em Educação. Universidade Federal de Santa Maria.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2826-391X>

### Fernanda Beheregaray Cabral

Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4809-278X>

### Keity Laís Siepman Soccol

Doutora em Enfermagem. Universidade Franciscana.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7071-3124>

### Hellen Monike da Silva Amaral

Graduanda em enfermagem. Universidade Federal de Santa Maria campus Palmeira das Missões.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4982-0204>

Recebido em: 16/07/2025

Aprovado em: 04/08/2025

## INTRODUÇÃO

**A** crescentes complexidade dos quadros de saúde infantojuvenis evidencia a necessidade de abordagens interdisciplinares que sejam sensíveis às múltiplas dimensões do cuidado. Nesse contexto, destaca-se o grupo classificado como Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais de Atenção à Saúde (CRIANES), composto por indivíduos de 0 a 18 anos incompletos que apresentam maior risco de desenvolver condições crônicas, restrições físicas ou de desenvolvimento, limitações emocionais ou comportamentais, ou ainda deficiências em diferentes graus<sup>(1)</sup>. Essa categorização permite o reconhecimento da diversidade de demandas apresentadas, organizadas em seis tipos: necessidades habituais modificadas, necessidades de desenvolvimento, necessidades tecnológicas, necessidades medicamentosas, necessidades mistas e necessidades clinicamente complexas<sup>(2)</sup>.

Apesar de sua relevância clínica e social, as CRIANES integram um segmento populacional frequentemente marcado por vulnerabilidades econômicas, sociais e estruturais, enfrentando obstáculos significativos no acesso a serviços de saúde e educação<sup>(3)</sup>. Nesse sentido, instrumentos normativos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), de 2008, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) representam avanços na garantia dos direitos à educação inclusiva, cidadania e dignidade<sup>(4,5)</sup>.

A efetividade dessas políticas, entretanto, depende da atuação qualificada de profissionais da saúde e da educação, os quais são responsáveis por promover o direito à escolarização articulado a uma atenção integral, contínua e humanizada, que reconheça e valorize as singularidades das CRIANES e de suas famílias<sup>(6)</sup>. A enfermagem, em particular, desempenha papel central

nesse processo ao integrar equipes interprofissionais e desenvolver práticas de cuidado educativo que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento integral desses sujeitos<sup>(1)</sup>.

A inclusão escolar, portanto, não se resume à inserção física em ambientes regulares, mas exige transformações estruturais e atitudinais que possibilitem a participação efetiva dos estudantes. A escola constitui um espaço privilegiado de socialização, construção de vínculos e exercício da cidadania, especialmente para crianças com necessidades complexas de saúde<sup>(1-7)</sup>. É fundamental distinguir os conceitos de inserção e inclusão: enquanto o primeiro refere-se à mera presença no espaço escolar, o segundo implica a criação de condições equitativas de participação, aprendizagem e pertencimento<sup>(8)</sup>.

Os direitos à educação, saúde e qualidade de vida digna estão assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>(9)</sup>. Contudo, a invisibilidade das CRIANES persiste, revelando a carência de dados epidemiológicos específicos e a ausência de políticas públicas voltadas a esse público. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), ainda incipiente nesse aspecto, propõe ações como o Plano Terapêutico Singular (PTS), o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e estratégias de desospitalização, articuladas à Rede de Atenção à Saúde (RAS)<sup>(10)</sup>.

Do ponto de vista dos profissionais da educação, estudos demonstram sentimentos ambíguos em relação à inclusão: embora reconheçam sua importância e relatem experiências gratificantes, também apontam limitações no suporte institucional e na formação continuada, o que compromete a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas<sup>(11-12)</sup>.

Dados recentes apontam a magnitude da questão: pesquisa realizada em três municípios brasileiros identificou que 25,3% das crianças avaliadas apresentavam alguma necessidade especial

de saúde, representando aproximadamente uma em cada quatro crianças<sup>(4)</sup>. Esse dado evidencia a urgência de políticas públicas consistentes, escuta qualificada e ações intersetoriais efetivas.

Diante desse cenário, torna-se essencial compreender a realidade vivenciada por profissionais da educação atuantes em contextos inclusivos. Conhecer suas percepções possibilita visibilizar seu protagonismo no processo de inclusão escolar de CRIANES, bem como identificar os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e os caminhos a serem trilhados para a consolidação de uma educação equitativa e humanizada.

Frente ao exposto, questiona-se: Qual percepção dos profissionais da educação sobre a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades de saúde especiais na escola? Assim, objetiva-se conhecer a percepção de profissionais da educação sobre a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades de saúde especiais na escola.

## MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com delineamento descritivo e exploratório, vinculada ao projeto matricial Cuidado de Enfermagem e Educação em Saúde com Crianças e Adolescentes na Escola. A abordagem qualitativa revelou-se apropriada para captar, em profundidade, as percepções dos profissionais da educação frente à inclusão de CRIANES no contexto escolar.

O estudo seguiu as diretrizes do Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (COREQ), que reúne 32 critérios organizados em três domínios: caracterização e qualificação da equipe de pesquisa, delineamento metodológico e análise dos dados<sup>(15)</sup>.

A investigação foi realizada em uma escola pública municipal localizada em uma região de reconhecida vulnerabilidade social, no noroeste do Rio Grande





*de que os outros da sala, então eles vão ficando pra trás, e eles mesmo vão se sentindo excluídos. Então, em vez de ser uma inclusão, acaba sendo uma exclusão. (P20)*

Observa-se que, no discurso dos professores e monitores, a inclusão de CRIANES não ocorre de forma efetiva, visto que as atividades propostas nem sempre alcançam as necessidades dessa população.

*Eu acho que em uma sala de aula, iniciais e finais, é mais difícil a inclusão. (P13)*

*No ensino fundamental, eu acho que a gente tem que trabalhar bastante ainda para conseguir uma inclusão efetiva. (P21)*

*Na escola eu acho bem difícil. Tem uns que não param e tiram a atenção dos outros alunos. (P22)*

*Acho difícil a inclusão total deles no ambiente escolar. (P23)*

O processo de inclusão das CRIANES mostrou-se mais viável e acessível na etapa da educação infantil, especialmente nas creches, do que no ensino fundamental. Monitores e professores relataram que, ao longo do ano letivo, tanto os alunos quanto os profissionais passaram por um processo gradual de adaptação às demandas do contexto inclusivo.

*Apesar de tanta dificuldade, a gente faz o que consegue. Eu tenho que acreditar que a gente inclui. (P8)*

*Cada um tem a sua singularidade, é preciso que a gente enxergue para além daquilo que eles podem nos dar. (P9)*

*A criança, a professora e a monitora estão se adaptando... (P13)*

A empatia dos profissionais da educação no processo de trabalho com as CRIANES mesmo com as dificuldades encontradas pelo caminho. Concomitantemente, os entrevistados trazem sobre importância da rede de apoio dessas crianças e adolescentes.

*O que falta é uma estruturação, talvez da família, uma rotina... (P3)*

*Nós precisamos entender que cada um é único, cada um tem a sua própria, a sua percepção, entrar na questão da família. (P9)*

*Essa família também precisa ser tratada, precisa ser apoiada, porque uma coisa está diretamente ligada a outra. (P21)*

Os achados evidenciam que a presença de uma família engajada, aliada a uma rede de apoio intersetorial bem estruturada, é fundamental para o desenvolvimento integral das CRIANES e para a efetivação de sua inclusão no ambiente escolar.

## DISCUSSÃO

O estudo revela que uma das principais dificuldades para o acolhimento de CRIANES na escola regular é o despreparo dos profissionais da educação. Esses educadores frequentemente buscam, por conta própria, metodologias voltadas às especificidades dos alunos, suas necessidades de saúde e os fundamentos da educação inclusiva. Destaca-se a importância da formação continuada para ampliar os conhecimentos e promover mudanças significativas, assegurando equidade no ensino e maior segurança no exercício docente frente às necessidades especiais dos estudantes<sup>(12)</sup>.

Observa-se a atuação de monitores ainda menores de idade e/ou em formação no ensino médio, realidade observada nesta pesquisa. Em estudo realizado no Rio Grande do Sul, identificou-se a presença de estagiários do ensino médio atuando como monitores em escolas públicas, por meio de convênio com o CIEE-RS, via processo seletivo municipal<sup>(13)</sup>.

Dados do INEP indicam crescimento na matrícula de estudantes com deficiência, TEA ou altas habilidades em classes regulares: de 484.332 em 2010 para 1,3 milhão em 2019, alcançando 1,8 milhão em 2023. A proporção desses alunos atendidos pelo Atendimento

Educacional Especializado (AEE) passou de 40,6% em 2019 para 42% em 2023.<sup>(14-15)</sup> Esses dados reforçam a necessidade de qualificação dos profissionais da educação e da saúde para atendimento adequado às CRIANES<sup>(12)</sup>.

A efetivação da inclusão exige que as escolas ofereçam condições de trabalho adequadas e promovam a atualização constante de seus profissionais. Do contrário, os resultados tendem a ser limitados<sup>(17)</sup>. A ausência de estrutura física e de monitoria adequada, conforme apontado pelos participantes, constitui barreira significativa à inclusão.

O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê metas como o aumento da matrícula de alunos com deficiência em classes comuns, a formação docente para a inclusão e a garantia de acesso e permanência no ensino regular. Complementarmente, o Programa Escola Acessível oferece recursos financeiros para melhorias na infraestrutura das escolas públicas, incluindo aquisição de materiais pedagógicos acessíveis, equipamentos de tecnologia assistiva, e reformas que garantam acessibilidade<sup>(18)</sup>.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece a oferta obrigatória de profissionais de apoio escolar para estudantes com deficiência. Esses profissionais auxiliam nas atividades de alimentação, higiene, locomoção e participação nas atividades escolares, sem assumir funções exclusivas de outras profissões legalmente regulamentadas<sup>(4)</sup>. Eles são fundamentais para apoiar o trabalho docente e fortalecer a inclusão.

As falas dos participantes também indicam que muitas CRIANES não se sentem pertencentes à escola, o que reforça a necessidade de a instituição adaptar-se às suas demandas, e não o contrário. Um ambiente inclusivo deve garantir segurança, acolhimento e senso de pertencimento para todas as crianças<sup>(21)</sup>.

Professores e monitores demonstraram empatia e preocupação com o

processo de inclusão, ressaltando a importância da adaptação dos estudantes à classe regular.

“ A inclusão deve iniciar com a identificação das necessidades de cada aluno e o fortalecimento das relações interpessoais dentro da escola, promovendo interações abertas, livres de estigmas e estereótipos<sup>(22)</sup>. ”

Os profissionais relataram ainda a importância de uma rede de apoio estruturada, que ofereça subsídios teóricos e práticos para atender as diferentes demandas dos alunos e que envolva as famílias no processo. A parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das CRIANES<sup>(23)</sup>.

A estrutura de apoio à inclusão de CRIANES envolve a rede institucional — formada por profissionais da saúde, educação e serviços especializados — e a rede familiar, composta pelos responsáveis diretos. A articulação entre escola, família e saúde é essencial para promover o desenvolvimento integral, reduzir barreiras e garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes <sup>(23-25)</sup>.

A efetiva inclusão escolar depende do engajamento de todos os atores: escola, família, profissionais da saúde e poder público. A enfermagem, nesse contexto, desempenha papel estratégico na mediação entre os setores da saúde e educação, fortalecendo vínculos e promovendo práticas inclusivas<sup>(1)</sup>.

A inclusão escolar de CRIANES é um direito assegurado por lei, que requer esforços coletivos e intersetoriais. No entanto, ainda se apresenta fragilizada, evidenciando a necessidade de reorganização estrutural, política e pedagógica das instituições escolares e de seus mantenedores. Quanto às limitações deste estudo, ressalta-se que os dados se referem à realidade de uma única escola municipal, não sendo generalizáveis a outros contextos.

## CONCLUSÃO

As principais barreiras à inclusão escolar de CRIANES estão relacionadas à escassez de recursos humanos qualificados, à precariedade da infraestrutura das instituições de ensino e à

ausência de envolvimento efetivo das famílias. Tais fatores comprometem a efetividade do processo inclusivo e evidenciam a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, assim como a constituição de uma rede de apoio capaz de acolher as especificidades desse público.

Na percepção dos profissionais quanto ao sentimento de não pertencimento das CRIANES no ambiente escolar, o que impacta negativamente em sua permanência e desenvolvimento. Nesse sentido, ressalta-se a importância de uma rede intersetorial integrada, composta por família, escola e serviços de saúde. A inserção do profissional de enfermagem no contexto escolar é apontada como estratégica, por seu potencial de promover ações de cuidado, prevenção e apoio pedagógico, contribuindo de forma interdisciplinar para a inclusão efetiva.

Diante dos achados, recomenda-se o fortalecimento das práticas intersetoriais por meio de políticas públicas específicas voltadas às CRIANES, com foco na qualificação docente e na ampliação de redes de apoio. Sugere-se, ainda, a realização de novas pesquisas, especialmente no campo da enfermagem, e o desenvolvimento de projetos de ensino e extensão que promovam capacitação e sensibilização dos profissionais da educação, favorecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos, equitativos e responsivos às singularidades desse grupo.

## Referências

1. Silveira A, Costenaro RGS, Neves ET. Adolescents with special health care needs: challenges of school inclusion according to family members/caregivers' viewpoint. *Rev. Pesqui.* (Univ. Fed. Estado Rio J.) [Internet]. 2021 [citado 22 jan. 2024]. 12:1290-5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcf.v12.9895>.
2. Silveira A, Vargas TGC, Oliveira JP; Bueno TV, Cazuni, MH, Soster, FF. Crianças/Adolescentes com Necessidades Especiais de Saúde: Cuidado, Educação E Dimensão Assistencial. *South. Am. J. Bas. Edu. Tec. Technol.* [Internet]. 2021. [citado 05 abr. 2024]. Rio Branco, UFAC v.8 n.1. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3710/2823>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. 09/12-Dia da Criança com Deficiência [Internet]. 2022. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/09-12-dia-nacional-da-crianca-com-deficiencia/>
4. Brasil. Ministério da Educação. Eixos. [Internet]. 2023. [citado 20 maio 2024]. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnee-pei/eixos>
5. Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Regulamentação de artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [Internet]. 2024. [citado 01 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/regulamentacao-de-artigos-da-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>.
6. Cazuni MH, Silveira A, Soccol, KLS, Costa, MC, Alice CJ, Ethel BS, et al. Inclusão De Crianças/Adolescentes Com Necessidades Especiais De Saúde Em Escola Regular. *REAS. V.* [Internet]. 2023. [citado 20 jan. 2024]. 23, N. 1, P. E11502. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/Reas.E11502.2023>.
7. Alvarenga TAC, Silva MA, Campos RC, Silva LV. Estudo Comparativo Sobre A Percepção Da Inclusão Escolar. *Constr. Psicopedag.* [Internet]. 2021. [citado 23 maio 2024]. São Paulo, V.29, N.30. Disponível em: <https://doi.org/10.37388/Cp2021/V29n30a08>.
8. Werneck-Souza J, Ferreira MC, Soares, KJ. Panorama da Produção Brasileira sobre Inserção de Pessoas com Deficiência no Trabalho: Desafios à Efetiva Inclusão. *Ger. Interinst. Psicol.* [Internet]. 2020. [citado 27 nov. 2024]. v. 13, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais2020130104>.
9. Brasil. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. MDHC. [Internet]. 1990 [citado 6 maio 2024]. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca\\_mdhc\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_mdhc_2024.pdf).
10. Lima HF, Oliveira DC de, Bertoldo C da S, Neves ET. (Des)constituição da rede de atenção à saúde de crianças/adolescentes com necessidades especiais de saúde. *Rev Enferm UFSM.* [Internet]. 2021. [citado 16 maio 2024]. [S. l.], v. 11. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/48104>.
11. Lima ES. A Visão Dos Professores Sobre A Educação Especial Inclusiva. *Rev.OWL.* [Internet]. 2024. [citado 10 jan. 2025]. vol2 n2 Campina Grande. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/188/186>
12. Nozi GS, Vitaliano CR. Crenças de autoeficácia em professores referentes aos saberes docentes para a educação inclusiva. *RPE* [Internet]. 2022 [citado 4 fev. 2025];35(2):356-77. Disponível em: <http://doi.org/10.21814/rpe.20839>.
13. Dantas NS, Fontgalland IL. Análise das Leis Ambientais Brasileiras e sua Interface com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS. *RSD.* Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14248>
14. Arruê AM, Hökerberg YHM, Jantsch LB, Cabral IE, Lima RAG, Neves ET. Prevalence of children with special healthcare needs: An epidemiological survey in Brazil. *J. Pediatr. Nurs.* [Internet]. 2022. [citado 16 maio 2024]. 67 95–101. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pedn.2022.08.013>.
15. Souza VRS, Marziale MHP, Silva GTR, Nascimento PL. Translation and validation into Brazilian Portuguese and assessment of the COREQ checklist. *Acta Paul Enferm.* [Internet]. 2021 [citado 20 jan. 2025]. 34:eAPE02631. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2021A002631>.
16. Guedes HCS, Silva NBJ, Januário DC, Trigueiro DRS; Leadebal ODC, Barrêto AJR. Information technologies as organizational support for the COVID-19 coping actions: Nurses' discourse. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* [Internet]. 2023. [citado 16 maio. 2024]. 31:e3855. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.6202.3855>.
17. Ribeiro J, Souza FN de, Lobão C. Editorial: Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. *Rev. Pesq. Qual. (SP).* [Internet]. 2018. [citado 29 nov. 2024]. v6 n10. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>.
18. Brasil. Congresso Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. [Internet]. 2012. [citado 1 jan. 2024]. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
19. Brasil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.874, DE 28 DE MAIO DE 2024. [Internet] 2024.[citado 05 dez. 2024]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm).
20. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. [Internet]. 2024. [citado 31 jan. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>
21. Matos AD, Cavalcanti SD, Ribeiro ALB, Ribeiro CLS, França WV, Miwa LR. A Inclusão No Âmbito Educacional – Desafios E Perspectivas. *Educação, Tecnologia E Inclusão: Teoria E Prática Em Um Contexto De Desafios E Reflexões.* [Internet]. 2023. [citado em 21 nov. 2024]. Vol 2. Disponível em: [https://www.editoraschreiben.com/\\_files/ugd/e7cd6e\\_d5fce2062b84b15becec1cc75ee-ade9.pdf#page=50](https://www.editoraschreiben.com/_files/ugd/e7cd6e_d5fce2062b84b15becec1cc75ee-ade9.pdf#page=50).
22. Klaus RR. Uma agenda para o debate sobre a escola inclusiva. *Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação: pensar a educação no século XXI.* São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.
23. Alves EF, Barbosa DE. A inserção da família na escola: contribuições para a educação física inclusiva. [Internet] *Edu. Fis. Ciên. Espor. Editora Científica Digital.* 2021. [citado 15 maio 2024]. Volume 2. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/201102289>.
24. Silveira A da, Benites Nicorena BP. Mapa Falante De Crianças Com Necessidades Especiais Na Voz De Mães Cuidadoras. *Rev. Cont. Saúde* [Internet]. 2020 [citado 01 fev. 2025]; 20(40):181-8. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/10654>
25. Filha FSSC, Santos JC dos, Batista RP, Lourenço LM dos S, Ferreira LM, Oliveira M liz C de, Nascimento F- lane SC do, Filho IM de M. Atuação de Profissionais de Saúde Junto a Crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Nursing Edição Brasileira* [Internet]. 12 de fevereiro de 2025 [citado 27 de junho de 2025];29(319):10309-16. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3283>